#### KARSTEN S.A.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Karsten S.A. ("Companhia") e suas controladas têm como atividades preponderantes a industrialização e comercialização das seguintes linhas de produtos: cama, mesa, banho e tecidos para decoração e bordar.

A Companhia, com sede na rua Johann Karsten, 260, Testo Salto em Blumenau, Estado de Santa Catarina, é uma sociedade anônima de capital aberto, com registro na BM&FBovespa.

A Companhia possui estrutura e os custos administrativos, gerenciais e operacionais parcialmente compartilhados com as demais empresas controladas.

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia acumulou prejuízos no montante de R\$ 313.689 (R\$ 242.701 em 31 de dezembro 2015), o patrimônio líquido negativo foi de R\$ 184.502 (R\$ 115.831 em 31 de dezembro 2015), e o passivo circulante consolidado da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 268.147 (R\$ 191.989 em 31 de dezembro 2015). O capital circulante líquido negativo é decorrente, em boa parte, pela reclassificação da dívida de debêntures, cujo o vencimento final é 10 de janeiro de 2017, do passivo não circulante para o passivo circulante.

Em 09 de maio de 2016 foi ajuizado processo de execução da 1ª Emissão Pública de Debêntures número 1046522-06.2016.8.26.0100, que tramita no Tribunal de Justiça de São Paulo, onde a Companhia foi citada em 08 de agosto de 2016. Nesta ação foram indicados pela Companhia como penhora os mesmos bens imóveis dados em garantia ao título originário. Por entender que os bens indicados a penhora não são suficientes para garantir a execução, o agente fiduciário se manifestou requerendo reforço de penhora de mais um bem imóvel juntamente com um crédito decorrente de uma ação de cumprimento de sentença em trâmite a favor da Companhia.

A empresa interpôs recurso requerendo a conexão entre a execução e a ação cautelar com a consequente suspensão, dos atos executórios até que se julgue em definitivo a ação anteriormente proposta pela devedora. O Tribunal de Justiça decidiu a favor do credor, determinando a penhora no rosto dos autos e, expedição de auto de reforço de penhora do imóvel adicional.

A Administração efetuou a avaliação sobre a capacidade de continuidade das operações da Companhia, a qual está baseada em medidas para a diminuição do endividamento e a recuperação da lucratividade. Para melhorar o resultado, a Companhia está trabalhando nas seguintes frentes para reestruturação operacional/comercial:

• Redução da necessidade de capital de giro através de melhorias nos processos internos;

- Investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos de última geração que serão utilizados na modernização dos processos produtivos, visando redução de custos, aumento da produtividade, automatização de processos e melhorias na qualidade do produto;
- Retomada das negociações junto aos credores das debêntures, visando alterar o
  cronograma de amortização de forma a adequar o pagamento das debêntures à previsão
  de geração de caixa da Companhia. Essa adequação está levando em conta as
  necessidades de Investimentos para os próximos anos, necessários para retomada dos
  resultados positivos e diminuição da alavancagem financeira;
- Melhoria do mix e qualificação do portfólio de produtos;
- Reestruturação e qualificação da equipe de vendas do canal multimarcas;
- Melhoria da margem de contribuição através da substituição de linhas de baixo retorno;
- Aumento da participação das linhas mais rentáveis no faturamento da Companhia. Um exemplo é a Linha Decoração que vem apresentando crescimento do faturamento acima do orçado;
- A implantação em 2015 do canal de atendimentos Televendas, com o objetivo de reativação e ampliação da base de clientes;
- A implementação do "e-commerce" em 2015, com o objetivo de ampliar os canais de atendimento direto ao consumidor final com performance acima do projetado nos três primeiros trimestres de 2016;
- Em 2015 foram inauguradas três novas lojas; em São José (SC), Balneário Camboriú (SC) e Curitiba (PR) e, em 2016, foram inauguradas as lojas de Porto Alegre (RS), Campinas (SP) e São Paulo (SP). Desta forma, a Companhia pretende ampliar cada vez mais a disponibilidade dos produtos ao consumidor final.

Com estas medidas a Administração espera que os resultados futuros demonstrem um melhor equilíbrio financeiro e a melhora dos resultados.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A emissão destas informações financeiras foi autorizada pela Administração em 10 de novembro de 2016.

#### a) Declaração de preparação

As informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas de 30 de setembro de 2016, foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standard Board (IASB), e apresentam notas explicativas selecionadas, de forma a se evitar a redundância de

informações já divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2015, disponibilizadas ao público em 28 de março de 2016.

As informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas de 30 de setembro de 2016, portanto, não incorporam todas as notas e as divulgações exigidas pelas normas contábeis para demonstrações financeiras anuais e, consequentemente, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e também conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), de 31 de dezembro de 2015.

Todas as informações relevantes próprias das informações financeiras trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

#### b) Demonstração do Valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações financeiras individuais e como informação suplementar às informações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS's.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que sevem de base de preparação das informações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta de vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA, apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

#### c) Base de mensuração

As informações financeiras trimestrais, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico exceto quando as notas explicativas indicarem o contrário. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contrapartidas pagas em troca de ativos.

#### d) Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações

financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo.

#### e) Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação das informações financeiras trimestrais, individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRS e as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 Clientes
- Nota 7 Estoques
- Nota 11 Imobilizado
- Nota 12 Intangível
- Nota 15 Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas
- Nota 16 Imposto de renda e contribuição social diferidos
- Nota 23 Instrumentos financeiros

#### f) Consolidação

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações contábeis da Companhia e das suas controladas diretas, conforme demonstrado a seguir:

	Percentual de
	Participações
Empresas consolidadas:	30/09/2016
<u>Controlada</u>	
Karsten Nordeste Indústria Têxtil Ltda.	99,99%
Karsten Comércio e Serviços de Distribuição Ltda.	99,99%
Karsten Comércio Têxtil Ltda.	99,99%
Trucasa Comercial Ltda.	99,99%

#### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis e os métodos de cálculo adotados na elaboração das informações trimestrais, bem como os principais julgamentos e premissas utilizadas nas estimativas na aplicação das práticas contábeis, são as mesmas adotadas quando da preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, descritas na nota 3 daquelas respectivas demonstrações financeiras.

#### Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Os pronunciamentos a seguir foram emitidos pelo IASB e serão obrigatórios para exercícios contábeis subsequentes, sem a adoção antecipada por parte da Companhia. A adoção ocorrerá após a emissão de pronunciamento técnico pelo CPC e aprovação pela CVM. A Administração está avaliando os possíveis impactos destes pronunciamentos nas demonstrações financeiras:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros Emitida em julho de 2014 em sua versão final, com vigência em ou após 1º de janeiro de 2018, em substituição a IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 estabelece novos requerimentos para a classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge dos instrumentos financeiros.
- IFRS 15 Receitas de Contratos com Clientes Emitida em maio de 2014, com vigência em ou após 1º de janeiro de 2018, em substituição às normas atuais IAS 11 Contratos de construção, IAS 18 Receitas, a IFRS 15 estabelece princípios de mensuração, reconhecimento e divulgação das receitas.
- IFRS 16 Leasing Emitida em janeiro de 2016, com vigência em ou após 1º de janeiro de 2019, para facilitar o entendimento da norma vigente IAS 17 Operações de arrendamento mercantil. A IFRS 16 aborda das diferenças de modelo contábeis entre os dois pronunciamentos.
- Emenda ao IAS 12 (CPC 32) Tributos sobre o lucro Emitida em janeiro de 2016, com vigência em ou após 1º de janeiro de 2017.
- Emenda ao IFRS 2 (CPC 10) Pagamento baseado em ações Emitida em junho de 2016, com vigência em ou após 1º de janeiro de 2018.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRS acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção

antecipada dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do Conselho Federal de Contabilidade.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Contro	Controladora		lidado	
	30/09/2016 31/12/2015 30/09/2016		30/09/2016 31/12/2015 30/09/2016 31/12/		31/12/2015
Caixa	62	69	127	82	
Bancos conta movimento	789	267	2.007	1.563	
Aplicações financeiras (i)	3	3	<u>1.411</u>	<u>2.190</u>	
	<u>854</u>	<u>339</u>	<u>3.545</u>	<u>3.835</u>	

(i) As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB), e são remuneradas em 100% do CDI (taxas de juros Certificados de Depósitos Interbancários). As aplicações são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

### 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) remuneradas entre 92% e 100% do CDI (taxas de juros Certificados de Depósitos Interbancários), classificadas no ativo circulante porque estão vinculadas a operações de empréstimos e financiamentos e contrato de energia, ambos com vencimento no curto prazo.

#### 6. CLIENTES

	Controladora		Conso	lidado
	30/09/2016 31/12/201		30/09/2016	31/12/2015
Clientes no país	66.327	73.450	67.471	73.830
Clientes no exterior	6.129	6.011	6.129	6.011
Valores a receber de partes relacionadas (i)	13.478	4.684	-	-
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.330)	(1.589)	(1.662)	(2.055)
(-) Ajuste a valor presente	(1.124)		(1.124)	
	83.480	82.556	70.814	77.786

(i) Nas demonstrações financeiras emitidas em 31 de dezembro de 2015, a Companhia originalmente classificou os montantes a receber decorrentes de venda de produtos à partes relacionadas na rubrica "valores a receber de partes relacionadas". Nessas informações financeiras trimestrais, por se tratar de venda de mercadorias, a

Companhia optou por reclassificar os referidos montantes a receber de parte relacionada dentro do grupo de "clientes".

A composição do saldo de contas a receber, no país e no exterior, por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Conso	lidado
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
A vencer	65.735	76.296	66.879	76.655
Vencidos há 30 dias	2.634	742	2.634	743
Vencidos de 31 a 60 dias	778	774	778	775
Vencidos de 61 a 90 dias	322	237	322	239
Vencidos de 91 a 180 dias	355	260	355	264
Vencidos há mais de 180 dias	2.632	1.152	2.632	1.165
	72.456	79.461	73.600	79.841
Valores a receber de partes relacionadas	13.478	4.684	_	_
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.330)	(1.589)	(1.662)	(2.055)
(-) Ajuste a valor presente	(1.124)		(1.124)	
	83.480	82.556	70.814	77.786

O contas a receber de clientes da Companhia e suas controladas, líquidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, são mantidas nas seguintes moedas:

	Contro	Controladora		olidado
	30/09/2016 31/12/201:		30/09/2016	31/12/2015
Reais Dólares norte – americanos Euros	78.699 4.781	76.387 6.090 <u>79</u>	66.033 4.781	71.617 6.090 <u>79</u>
	83.480	82.556	70.814	77.786

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada a seguir:

	Controladora	$\underline{Consolidado}$
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(1.768)	(2.314)
Créditos provisionados no exercício	(823)	(899)
Créditos recuperados no exercício	638	752
Créditos baixados definitivamente por perda	321	349
Créditos renegociados	43	57
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(1.589)	(2.055)
Créditos provisionados no período	(811)	(830)
Créditos recuperados no período	321	355
Créditos baixados definitivamente por perda	704	823
Créditos renegociados	45	<u>45</u>
Saldo em 30 de setembro de 2016	(1.330)	(1.662)

A Companhia avaliou a necessidade de provisão para perdas com créditos através de análise individual dos clientes vencidos há mais de 30 dias, conjugado com o índice de perdas sobre o contas a receber e concluiu sobre a necessidade de provisão de R\$ 1.330 e R\$ 1.662 nas informações financeiras trimestrais individuas e consolidadas, respectivamente.

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica "Despesas de vendas" na demonstração do resultado do exercício. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores creditados na rubrica são realizados contra a baixa definitiva do título.

#### Garantias

Em 30 de setembro de 2016 a Companhia possui R\$ 5.758 (R\$ 7.225 em 31 de dezembro 2015) em duplicatas vinculadas a empréstimos e financiamentos.

#### 7. ESTOQUES

	Contro	oladora	Consc	olidado
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Produtos acabados	45.865	23.100	49.306	24.537
Produtos em elaboração	25.319	19.220	25.319	19.220
Matérias-primas	14.885	16.393	14.885	16.393
Importações em andamento	2.477	2.099	2.477	2.099
Almoxarifado	66	48	66	48
Outros estoques	2.519	1.907	2.564	1.914
Provisão para perdas (i)	(10.000)	(11.890)	(10.000)	(11.890)
	81.131	50.877	<u>84.617</u>	<u>52.321</u>
			C	ontroladora
				e
			<u>C</u>	Consolidado
Provisão para perdas em 31 de dezembro de 2015				(11.890)
Reversão de provisão				2.676
Constituição de provisão				(786)
Provisão para perdas em 30 de setembro de 2016				(10.000)

#### (i) A provisão para perda em estoques considera:

- Estoques de produtos de coleções sem movimentação acima de 180 dias em que há baixa expectativa de realização e/ou realização com margem negativa; e
- Matéria-prima sem movimentação a mais de 90 dias, onde leva-se em consideração o histórico de perda. A constituição de provisão para perdas dos estoques foi registrada na rubrica "custo dos produtos vendidos" na demonstração do resultado.

#### **Garantias**

Em 30 de setembro de 2016 a Companhia possuía R\$ 3.869 (R\$ 4.108 em 31 de dezembro de 2015) de estoques vinculados a empréstimos e financiamentos.

#### 8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Conso	lidado
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
PIS/COFINS (i)	6.516	6.251	7.050	6.589
Imposto de renda e contribuição social (ii)	303	2.116	1.211	3.010
IPI	1.024	999	1.108	1.083
ICMS	1.483	540	2.210	1.048
INSS	159	159	159	159
ISS	-	9	-	9
	9.485	10.074	11.738	11.898
Circulante	9.031	9.718	11.284	11.542
Não circulante	454	356	454	356

- (i) A Lei nº 11.941/2009, também conhecida como REFIS da Crise, instituiu a possibilidade de parcelamento de débitos federais vencidos até 30 de novembro de 2008. Contudo a Lei nº 12.996/2014, que decorre da conversão em Lei da MP 638/2014 e, alterada pela MP 651/2014 estabeleceu a reabertura, até o dia 25 de agosto de 2014, para adesão ao parcelamento com a inclusão de débitos vencidos até 31 de dezembro de 2013. A Companhia aderiu ao REFIS, conforme explicado na nota 17 e, até que ocorra a consolidação dos débitos, pela Receita Federal do Brasil, o montante pago das parcelas do REFIS estão sendo apresentados como PIS/COFINS a recuperar no grupo de tributos a recuperar. O montante pago até 30 de setembro de 2016, representa o valor de R\$ 6.845 (R\$ 5.710 em 31 de dezembro de 2015).
- (ii) Os créditos referentes a Imposto de Renda e Contribuição Social são oriundos de valores retidos na fonte sobre aplicações e financeiras e saldo negativo de imposto de períodos anteriores, e estão atualizados até a data do balanço com base na variação da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia SELIC.

#### 9. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga, na forma de pró-labore, por serviços está demonstrada a seguir:

	Consolidado				
	01/07/2016 a	01/01/2016 a	01/07/2015 a	01/01/2015 a	
	30/09/2016	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2015	
Honorários da diretoria	637	2.190	708	2.125	
Conselho de administração	<u>256</u>	<u>768</u>	233	<u>714</u>	
j	<u>893</u>	2.958	<u>941</u>	2.839	

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados.

Em 05 de dezembro de 2014, a Companhia aprovou um único plano de Opção de Compras de Ações para os seus Administradores, o qual está detalhado na nota 24.

#### b. Participação dos administradores

O Estatuto Social da Companhia prevê que do resultado apurado em cada exercício, após deduzidos eventuais prejuízos acumulados e efetuada a provisão para imposto de renda, será destinada uma quantia de até 10% para gratificações para os administradores não podendo ultrapassar o total das remunerações anuais atribuídas aos mesmos. Tal participação será provisionada no resultado do exercício e classificada como despesas gerais e administrativas, caso a Companhia apresente resultados positivos.

#### c. Transações e saldos – Controladora

	30/09/2016	31/12/2015	Encargos anuais	Prazos médios, datas e vencimentos
Ativo circulante				
Valores a receber de partes relacionadas				
(Nota 6)				
Karsten Nordeste Ind. Têxtil Ltda.	10		Sem encargos	Indeterminado
Karsten Com. e Serv. de Distribuição Ltda.	113	-	Sem encargos	Indeterminado
Karsten Comércio Têxtil Ltda.	13.355	4.684	Sem encargos	Indeterminado
	13.478	4.684		
Ativo não circulante				
Valores a receber de partes relacionadas				
Karsten Nordeste Ind. Têxtil Ltda.	1.262	1.117	CDI	Indeterminado
Karsten Comércio Têxtil Ltda.	16.390	11.776	Sem encargos	Indeterminado
	<u>17.652</u>	12.893		
Passivo circulante				
Valores a pagar a partes relacionadas				
Karsten Nordeste Ind. Têxtil Ltda.	(25.563)	(26.992)	CDI	Indeterminado
Karsten Com. e Serv. de Distribuição Ltda.	(1.724)	(1.592)	CDI	Indeterminado
Karsten Comércio Têxtil Ltda.	(60)		Sem encargos	Indeterminado
	<u>(27.347)</u>	(28.598)		
Classificado como:				
Fornecedores (Nota 13)	(25.936)	(27.320)		
Débito com controladas	(1.411)	(1.278)		
	(27.347)	(28.598)		

As transações com efeito no resultado estão demonstradas a seguir:

	Vendas			
	01/07/2016 a	01/01/2016 a	01/07/2015 a	01/01/2015 a
	30/09/2016	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2015
Karsten Nordeste Ind. Têxtil Ltda.	-	-	5	5
Karsten Comércio e Têxtil Ltda.	3.951	8.924	1.226	2.054
	3.951	8.924	1.231	2.059
		Resultado	financeiro	
	01/07/2016 a	01/01/2016 a	01/07/2015 a	01/01/2015 a
	30/09/2016	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2015
Karsten Nordeste Ind. Têxtil Ltda.	49	140	243	783
Karsten Com. e Serv. de Distribuição Ltda.	(47)	(133)	(41)	<u>(99)</u>
	2	7	<u>202</u>	<u>684</u>

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, assim como as transações que influenciaram o resultado desses períodos, relativos a operações com partes relacionadas foram realizadas em condições específicas acordadas entre as partes.

#### d. Transações e saldos – Pessoal chave da administração

				Prazos
			Encargo	médios, datas
	30/09/2016	31/12/2015	s anuais	e vencimentos
Passivo circulante				
Valores a pagar a partes relacionadas				
Pessoal chave da administração	(556)	(486)	1,5% a.m.	Indeterminado
Movimentação:				
				Consolidado
				(10.6)
Saldo em 31 de dezembro de 2015				(486)
Juros				<u>(70)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2016				<u>(556)</u>

As despesas financeiras reconhecidas no trimestre foram R\$ 70. O saldo de R\$ 556 compõe o passivo em empréstimos e financiamentos (Nota 14).

Não são obtidas ou prestadas garantias sobre as transações acima efetuadas nas controladas integrais. As demais transações, substancialmente compras e vendas de produtos e mercadorias, são realizadas de acordo com as tabelas de preços vigentes à época.

A controladora não prestou avais ou fianças em nome de suas controladas.

## 10. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E PROVISÃO PARA PASSIVO A DESCOBERTO DE INVESTIDAS

#### a. Movimentação dos investimentos

	Investimentos				Passivo a descoberto		
		Karsten					
	Karsten	Comércio e	Karsten			Karsten	
	Nordeste	Serviços de	Comércio		Trucasa	Comércio	Total
	Indústria	Distribuição	Têxtil	Total	Comercial	Têxtil	passivo a
	Têxtil Ltda.	Ltda.	Ltda.	investimento	Ltda.	Ltda.	descoberto
Saldos em 31/12/2015	15.690	1.981	116	17.787	(1.098)	-	(1.098)
Equivalência patrimonial em controladas	(641)	(218)	-	(859)	(15)	(4.549)	(4.564)
Reclassificação de investimentos			<u>(116)</u>	<u>(116)</u>		116	<u>116</u>
Saldos em 30/09/2016	<u>15.049</u>	1.763	<u>-</u>	<u>16.812</u>	(1.113)	(4.433)	(5.546)

b. Informações sobre as investidas em 30 de setembro de 2016

	Karsten Nordeste Indústria Têxtil Ltda.	Karsten Com. e Serv. de Distribuição Ltda.	Karsten Comércio <u>Têxtil Ltda.</u>	Trucasa Comercial Ltda.
Resultado do período	(641)	(218)	(3.378)	(15)
Patrimônio líquido				
Capital	68.973	15.206	639	2.584
Reservas de lucro	3.250	-	-	-
(Prejuízos) lucros acumulados	(56.533)	(13.225)	350	(3.682)
Lucro não realizado nos estoques			(2.044)	
Total do patrimônio líquido	<u>15.049</u>	1.763	(4.433)	(1.113)
Quotas	68.973	15.206	639	2.584
Participação no capital social	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%

- c. Outras informações relevantes sobre os investimentos
  - (i) Karsten Nordeste Indústria Têxtil Ltda. e Karsten Comércio e Serviços de Distribuição Ltda.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de março de 2015, os conselheiros aprovaram a transferência das operações das controladas Karsten Nordeste Indústria Têxtil Ltda. e Karsten Comércio e Serviços de Distribuição Ltda. localizadas na cidade de Maracanaú no estado do Ceará para a controladora Karsten S.A. na cidade de Blumenau em Santa Catarina. A produção das linhas de cama Trussardi foi retomada a partir do mês de julho de 2015.

#### (ii) Karsten Comércio Têxtil Ltda.

Dedicada ao ramo de serviços de licenciamento de franquias da marca Trussardi, comercialização de produtos e ainda prestação de serviço de administração financeira. Em 2015 foram inauguradas três novas lojas em São José (SC), Balneário Camboriú (SC) e Curitiba (PR) e, em 2016, foram inauguradas a loja de Porto Alegre (RS), Campinas (SP) e São Paulo (SP). Desta forma, a Companhia pretende ampliar cada vez mais a disponibilidade dos produtos ao consumidor final.

#### 11. IMOBILIZADO

#### a. Movimentação

				Controladora			
	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizações em andamento	Total
Taxas de depreciação (%)		3,43	18,02	30,60	22,11		
Saldos em 31 de dezembro de 2014	37.497	20.216	25.801	4.629	111	197	88.451
Adições (i)	-	1	5.573	1.085	180	2.941	9.780
Transferência (ii)	7.748	7.202	137	5	-	(1.127)	13.965
Baixas	-	32	(36)	(17)	-	(151)	(172)
Impairment	-	(317)	(143)	-	-	-	(460)
Impairment (Reversão)	-	-	18	-	-	-	18
Depreciação		(1.209)	<u>(4.715)</u>	(1.830)	<u>(33)</u>		(7.787)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	45.245	25.925	26.635	3.872	<u>258</u>	1.860	103.795
Adições (iii)	-	-	6.993	1.332	38	7.771	16.134
Transferência	134	1.124	3.173	71	-	(4.502)	-
Baixas	-	(318)	(99)	(300)	(2)	(33)	(752)
Impairment (Reversão)	-	317	137	254	-	-	708
Depreciação		(718)	(2.817)	(1.131)	(54)	<del>_</del>	(4.720)
Saldos em 30 de setembro de 2016	45.379	26.330	34.022	4.098	240	5.096	115.165

- (i) Das adições em máquinas e equipamentos em 2015, o montante de R\$ 4.299 referese a equipamentos adquiridos da Karsten Nordeste Ind. Têxtil Ltda. pelo valor contábil.
- (ii) R\$ 7.748, refere-se a terrenos e R\$ 6.217 refere-se a edificações que estavam classificados em ativos mantidos para venda.
- (iii) Em 2016 foi investido o montante de R\$ 6.993 em máquinas e equipamentos para melhoria do processo produtivo dos setores de, fiação, tecelagem, beneficiamento, confecção e expedição. As adições de imobilizado em andamento no valor de R\$ 3.236 refere-se a adiantamento para aquisições de máquinas no mercado externo, com previsão de nacionalização das mesmas, ainda em 2016.

				Consolidado			
		Edificações e	Máquinas e	Móveis e		Imobilizações em	
	Terrenos	benfeitorias	instalações	utensílios	Veículos	andamento	Total
Taxa de depreciação (%)		3,46	18,01	29,62	22,11		
Saldos em 31 de dezembro de 2014	37.497	20.567	29.545	4.970	110	198	92.887
Adições	_	98	1.563	857	180	4.169	6.867
Transferência	7.748	7.844	315	355	-	(1.847)	14.415
Baixas	-	(49)	(436)	(537)	-	(229)	(1.251)
Impairment	-	(488)	(143)	(3)	-	-	(634)
Impairment (Reversão)	-	-	381	316	-	-	697
Depreciação		(1.306)	(4.717)	(1.692)	(33)		(7.748)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	45.245	<u>26.666</u>	26.508	4.266	<u>257</u>	<u>2.291</u>	105.233
Adições		842	6.993	2.427	38	$\overline{7.821}$	18.121
Transferência	134	1.165	3.173	80	-	(4.552)	-
Baixas	-	(318)	(246)	(326)	(2)	(33)	(925)
Impairment (Reversão)	-	317	283	254	-	· -	854
Depreciação		(830)	(2.817)	(1.336)	<u>(54)</u>		(5.037)
Saldos em 30 de setembro de 2016	45.379	27.842	33.894	5.365	239	5.527	118.246

#### b. Recuperabilidade (*impairment*) do ativo imobilizado

A movimentação referente ao *impairment* do ativo imobilizado está apresentada a seguir:

	Consolidado
Provisão para perdas em 31 de dezembro de 2015	(2.012)
Baixa de provisão (i)	<u>854</u>
Provisão para perdas em 30 de setembro de 2016	(1.158)

(i) No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, ocorreram baixas de bens que a Companhia considerou sem condições de uso e venda, e baixas de benfeitorias em propriedade de terceiros, devido a transferência da Filial (Gaspar) para o estabelecimento matriz (Blumenau), os itens referidos tinham sido provisionados pela Companhia em anos anteriores.

#### c. Garantias

Em 30 de setembro de 2016 a Companhia possui bens do ativo imobilizado registrados contabilmente no valor de R\$ 118.246 (R\$ 17.459 em 31 de dezembro de 2015), avaliados a valor de mercado no valor de R\$ 152.802 (R\$ 47.134 em 31 de dezembro de 2015), dados em garantia para operações de empréstimos, financiamentos e debêntures. O valor de mercado das garantias não faz parte do escopo da revisão das informações trimestrais, consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

#### 12. INTANGÍVEL

## a. Movimentação

		Controladora					
		Marcas e patentes	Software	Implantação ERP	Total		
Taxa de amortização (%)			20				
Saldos em 31 de dezembro de 201	4	163	1.437	-	1.600		
Adições Transferências		9 -	356 (143)	1.801 143	2.166		
Amortização			(1.114)		<u>(1.114)</u>		
Saldos em 31 de dezembro de 201	5	<u>172</u>	536	<u>1.944</u>	2.652		
Adições Amortização		<u>-</u>	196 <u>(170)</u>	460	656 (170)		
Saldos em 30 de setembro de 2016	5	<u>172</u>	562	2.404	3.138		
			Consolidado				
- -	Marcas e patentes	Software	Implantação ERP	Ágio (Goodwill)	Total		
Taxa de amortização (%) Saldos em 31 de dezembro de 2014 Adições Transferência Amortização	10.163 9 - 	20 1.437 367 (143) (1.114)	1.801 143	14 - - -	11.614 2.177 - (1.114)		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>10.172</u>	547	<u>1.944</u>	<u>14</u>	12.677		
Adições Baixas Amortização	(25)	214 - (170)	459 - 	- - -	673 (25) (170)		
Saldos em 30 de setembro de 2016	10.147	<u>591</u>	2.403	<u>14</u>	13.155		

## b. Recuperabilidade (impairment) do Intangível

Anualmente ou quando houver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a Companhia realiza uma análise de recuperabilidade de ativo intangível de acordo com o CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos, para determinar se há a necessidade de contabilização de provisão para perda.

Em 2015, a Companhia analisou a recuperabilidade do seu ativo imobilizado e do ativo intangível marcas e patentes através do método do valor em uso e as seguintes premissas foram utilizadas para a elaboração do estudo: foram definidas premissas macroeconômicas de vendas, produção, custo da empresa ou unidade de negócio que foi avaliada. A metodologia e os cálculos foram suportados por avaliadores renomados mundialmente como Aswath Damodaran e Roger G. Ibbotson, dentre outros. As projeções de vendas, custos e despesas foram mensuradas de acordo com a vida útil residual estimada dos ativos da Companhia, sendo definido doze anos. A taxa de desconto utilizada para trazer o fluxo de caixa a valor presente foi de 13,24%.

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia não identificou nenhum fato novo que justificasse a necessidade de complementar a provisão para perda do Intangível (*impairment*) e, consequentemente manteve a provisão no montante de R\$ 19.500 constituída em 31 de dezembro de 2014 sobre marcas e patentes.

Em virtude da baixa utilização do ERP atual, a Administração decidiu pela descontinuidade do projeto e, em 2014, constituiu provisão no montante de R\$ 14.270. A Companhia adquiriu outro ERP e está em fase de implantação do novo projeto.

#### 13. FORNECEDORES

	Contro	oladora	Consolidado		
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	
Fornecedores no país Fornecedores no exterior Valores a pagar de partes relacionadas	22.771 2.011 25.935	17.440 - 27.320	24.313 2.011	18.163	
(-) Ajuste a Valor Presente	(154)		(154)	<u>-</u>	
	50.563	44.760	26.170	<u>18.163</u>	
Circulante Não circulante	49.663 900	44.760	25.270 900	18.163	

## 14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

## a. Composição de saldo

		Contro	ladora	Conso	lidado
	Encargos anuais (%)	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Moeda nacional					
Debêntures	CDI + 4,50  a.a.	278.293	226.601	278.293	226.601
FINEP	4 a 5,25% a.a.	5.418	7.328	5.418	7.328
BNDES FIXO	4,50 a 8% a.a.	344	418	344	418
BNDES TJLP	TJLP + 7 a.a.	64	78	64	78
Capital de giro	CDI + 5,40 a 20 a.a.	32.401	13.974	35.131	18.771
EGF	10,50% a.a.	2.113	1.503	2.113	1.503
Leasing	11,88 a 21,24 a.a.	32	215	32	215
Moeda estrangeira					
ACC	VC+ 5,50 a.a.	3.467	4.712	3.467	4.712
FINIMP	VC+ 10 a.a.	1.657	<del>-</del>	1.657	<del>-</del>
		323.789	254.829	326.519	259.626
Circulante		316.153	244.148	318.883	246.901
Não circulante		7.636	10.681	7.636	12.725

O montante a longo prazo tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	Contro	Controladora		lidado
Ano de vencimento	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
2017	3.041	3.819	3.041	5.863
2018	2.079	2.775	2.079	2.775
2019	2.148	2.104	2.148	2.104
2020	<u>368</u>	1.983	368	1.983
	<u>7.636</u>	10.681	<u> 7.636</u>	12.725

Resumo dos empréstimos por moeda de origem:

	Contro	oladora	Consolidado		
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	
				_	
Reais - R\$	318.665	250.117	321.395	254.914	
Dólares dos Estados Unidos - US\$	3.467	-	3.467	-	
EURO – EUR	1.657	4.712	1.657	4.712	
	323.789	254.829	326.519	259.626	

#### Movimentação dos empréstimos:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	254.829	259.626
Captações	39.729	39.729
Juros	53.709	54.220
Variação cambial	(809)	(809)
Pagamento de principal	(22.031)	(24.087)
Pagamento de juros	(1.638)	(2.160)
Saldo em 30 de setembro de 2016	<u>323.789</u>	<u>326.519</u>

#### Debêntures

Em 22 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a 1ª emissão de 158 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, no valor total de R\$ 158.501, destinadas exclusivamente a investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, e legislação aplicável, as quais foram distribuídas em regime de garantia firme.

As debêntures têm prazo de vencimento de 60 (sessenta) meses, contados da sua emissão, observadas as hipóteses de vencimento antecipado, de resgate antecipado facultativo e de amortizações extraordinárias facultativas. O vencimento final de ambas as séries, será dia 10 de janeiro de 2017. As debêntures têm carência de 15 meses contados da data de emissão para início da amortização de principal e a remuneração incidente sobre elas será paga trimestralmente, a partir da data de emissão, sendo seu valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais). O custo desse instrumento foi firmado em CDI + 4,5% ao ano.

As debêntures foram emitidas em duas séries conforme abaixo:

(i) 1ª série: até R\$ 139.040;
(ii) 2ª série: até R\$ 19.461.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a emissão das debêntures foram utilizados para (i) alongamento do perfil de dívida da Companhia e de suas sociedades controladas; e (ii) reforço do seu capital de giro.

Em 16 de dezembro de 2013, a Assembleia Geral dos Debenturistas aprovou as seguintes alterações nas condições originais de emissão das debêntures:

- Redução da taxa de juros da operação de 4,5% a.a. para 3% a.a. para o período outubro de 2013 a janeiro de 2015;
- Carência para o pagamento do principal até janeiro de 2015; e
- Carência para pagamento dos juros até outubro de 2014.

Em 13 de março de 2014, em Assembleia Geral dos Debenturistas, os debenturistas aprovaram:

- Ratificação de "waiver" (consentimento) referente ao não cumprimento dos "covenants" (índices financeiros); e
- Autorização para a venda e liberação do imóvel denominado ETE (estação de tratamento de efluentes) dado em garantia das debêntures.

Em 04 de abril de 2014, em Assembleia Geral dos Debenturistas, os debenturistas aprovaram:

- Estabelecimento de novo índice financeiro, em complemento àqueles constantes da alínea (y) do item 4.13.1 da Escritura de Emissão, representando a obrigação da emissora de que o endividamento máximo seja de R\$ 356.860 em setembro de 2014;
- Autorização para que a emissora utilize os recursos da venda da ETE para reforço do capital de giro; e
- Autorização para alienação das fazendas de propriedade da emissora e utilização dos recursos para amortização de dívidas mais onerosas para a emissora.

Em 29 de setembro de 2014 houve a entrada de novos acionistas ocorrendo alteração do controle societário da Companhia. Foram retomadas as negociações junto aos credores das debêntures com o objetivo de alterar o cronograma de amortização de forma a adequar o pagamento da operação à previsão de geração de caixa da Companhia. Essa adequação levou em conta as necessidades de investimentos para os próximos anos necessários para retomar resultados positivos e diminuição da alavancagem financeira.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não atingiu os índices financeiros constantes da alínea (y) do item 4.13.1 da Escritura de Emissão, desta forma não cumprindo os "covenants" previstos. Consequentemente, a Companhia reclassificou para o passivo circulante o saldo das debentures registrados no passivo não circulante no montante de R\$ 70.533. A partir de 01 de janeiro de 2015, devido a dificuldade de geração de caixa, a Companhia optou em descontinuar com os pagamentos das debêntures e os montantes vencidos que são devidos em 30 de setembro de 2016 totalizaram R\$ 154.807. Em 30 de setembro de 2016 a Companhia também não atingiu os índices financeiros e o "waiver" (consentimento) não havia sido emitido. Com o objetivo de adequar o pagamento das debêntures à previsão de geração de caixa da Companhia, em 2016, conforme mencionado na nota 1, a Companhia retomou o processo de renegociação iniciado em setembro de 2014 junto aos credores das debêntures.

Atualmente está em trâmite, a ação de execução de debêntures a que se refere a 1ª série de emissão, conforme mencionado na nota 1 desta informações financeiras trimestrais.

#### b. Cláusulas restritivas

As debêntures mencionadas anteriormente possuem cláusulas restritivas relacionadas a índices econômicos e financeiros que devem ser apurados anualmente. Os referidos índices são os seguintes:

- Relação entre dívida líquida e EBITDA (refere-se à sigla em inglês para "Lucro antes do resultado financeiro, impostos sobre a renda, depreciação e amortização/exaustão") igual ou inferior a 4,0 vezes para todos os exercícios sociais encerrados a partir de 31 de dezembro de 2014;
- Relação entre EBITDA e despesa financeira líquida maior ou igual a 1,7 vezes para todos os exercícios sociais encerrados a partir de 31 de dezembro de 2014;
- Relação entre ativo circulante e passivo circulante igual ou superior a 1,2 vezes para todos os exercícios sociais encerrados a partir de 31 de dezembro de 2014.

Conforme informado anteriormente a Companhia não atingiu os índices financeiros de "*covenants*" em 31 de dezembro de 2014 e, por este motivo, a dívida foi reclassificada para o passivo circulante. Em 30 de setembro de 2016 esse *status* não se alterou.

Os demais contratos de empréstimos firmados pela Companhia não possuem cláusulas restritivas.

#### c. Garantias

Em 30 de setembro de 2016 o valor de mercado das garantias de hipotecas de imóveis, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, penhor mercantil e recebíveis oferecidos em garantia de operações financeiras representava R\$ 162.429 (R\$ 167.800 em 31 de dezembro de 2015). O valor de mercado das garantias não faz parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

## 15. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

a. Composição das provisões e dos depósitos judiciais

	Controladora				
	30/09	/2016	31/12/2015		
	Depósito	Provisão	Depósito	Provisão	
	judicial	para riscos	judicial	para riscos	
Trabalhistas e previdenciárias	314	2.550	760	3.943	
Cíveis	-	2.036	-	440	
Fiscais	232	14.840	<u>232</u>	4.391	
	546	<u>19.426</u>	<u>992</u>	<u>8.774</u>	
		Consc	olidado		
	30/09	/2016	31/12	/2015	
	Depósito	Provisão	Depósito	Provisão	
	judicial	para riscos	judicial	para riscos	
Trabalhistas e previdenciárias	336	2.619	782	4.248	
Cíveis	-	2.096	-	440	
Fiscais	232	<u>15.652</u>	232	<u>5.215</u>	
	568	20.367	<u>1.014</u>	<u>9.903</u>	

#### Movimentação:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	8.774	9.903
Baixa de processos Pagamento de processos Mudança de estimativa nos processos em aberto Entrada de novos processos	(885) (1.368) 11.919 <u>986</u>	(838) (1.415) 11.706 
Saldo em 30 de setembro de 2016	19.426	20.367

#### b. Natureza

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, fiscais e outros em andamento, os quais estão sendo discutidos na esfera administrativa e/ou judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Os processos com risco de perda provável são estimados e provisionados pela administração amparadas pela opinião de seus consultores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue:

 Fiscais - referem-se ao Pedido de Ressarcimento de Crédito Presumido de IPI -Período de 1998 a 2003, Pedido de Ressarcimento de Cofins Não-Cumulativo 3º Trimestre de 2004, Pedido de Ressarcimento de PIS/Pasep Não-Cumulativo relativo as Exportações realizadas no 3º Trimestre de 2004 e auto de infração emitido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil, sobre créditos de PIS e Cofins sobre comissões.

- Trabalhistas e previdenciárias consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões; e
- Ações cíveis as principais ações se referem a ação de cobrança de comissões, Instauração de procedimento arbitral, relativo a rescisão de contrato de franquias e outras ações que são processadas na justiça comum.
- c. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia e suas controladas possuem ações de natureza fiscal, trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração e pelos seus assessores jurídicos como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme abaixo:

- Fiscal: R\$ 53.912 (R\$ 21.042 em 31 de dezembro de 2015), composto por 29 processos. As principais ações referem-se a Autos de Infração de Declaração de Importação diferenças de PIS e Cofins no ano de 2009 a 2010 no valor de R\$ 221; Ressarcimento de IPI do 1º ao 3º Trimestre de 2011 no valor de R\$ 600; Notificação Fiscal de Contribuições Previdenciárias no ano de 2008 no valor de R\$ 9.296; Autos de Infração ITR Ano Base 2003 a 2011 no valor de R\$ 725; Auto de Infração sobre IRPJ, CSLL, PIS e Cofins sobre o Mútuo no ano de 2006 no valor de R\$ 4.625; Auto de Infração no ano de 2008 de Multa por falta de informações na entrega da GFIPS no valor de R\$ 1.184; Glosa na Declaração de PIS e Cofins no ano de 2006 no valor de R\$ 1.087; Notificação Fiscal ref. a Contribuição para Financiamento de Aposentadoria Especial no ano de 2006 no valor de R\$ 2.446; Auto de Infração sobre PIS e Cofins competência janeiro/2012 a 12/2013 referente aos Créditos Extemporâneos no valor de R\$ 4.683 e Auto de Infração de Multa Escrituração Contábil Digital (ECD) ano 2012 e Escrituração Fiscal Digital (EFD) dos anos 2012 a 2014 no valor de R\$ 28.552;
- Trabalhistas: R\$ 3.954 (R\$ 5.891 em 31 de dezembro de 2015), composto por 71 processos. Consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões;
- Cíveis: R\$ 562 (R\$ 1.183 em 31 de dezembro de 2015), composto por 10 processos. As principais ações referem-se a processos de clientes e outras que são processadas na justiça comum.

## 16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### a. Apuração dos tributos do período com efeito no resultado

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
	_			
Prejuízo contábil antes dos impostos	(70.760)	(37.984)	(70.760)	(37.725)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
	24.058	12.915	24.058	12.827
Adições e exclusões permanentes	(4.0.44)	4.050		
Equivalência patrimonial	(1.844)	1.259	-	_
Despesas indedutíveis	(136)	(42)	(136)	(61)
Imposto de renda e contribuição social	22.078	14.132	23.922	12.766
imposto de fenda e contribuição social	22.070	14.132	23.722	12.700
Parcela não reconhecida de prejuízos				
fiscais e diferenças temporárias	22.306	14.509	24.150	13.402
Imposto de renda e contribuição social				
reconhecido no resultado	(228)	(377)	(228)	(636)
Corrente	-	-	-	(345)
Diferido	(228)	(377)	(228)	(291)
	(226)	(277)	(220)	(626)
	(228)	<u>(377)</u>	(228)	<u>(636)</u>

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia possui R\$ 153.179 (R\$ 72.801 em 30 de setembro de 2015) de prejuízo fiscal e R\$ 152.029 (R\$ 73.950 em 30 de setembro de 2015) de base negativa de contribuição social que podem ser utilizados para compensar até 30% do lucro tributável anual futuro, por prazo indeterminado.

Conforme mencionado na nota 1, nos últimos exercícios a Companhia apresentou prejuízos contábeis e fiscais. Devido à falta de um histórico consistente e em face das expectativas atuais da Companhia sobre a sua possibilidade de geração futura de lucro tributável, não foram atendidas as condições necessárias, para constituição de imposto de renda diferido ativo sobre os referidos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

A legislação fiscal de imposto de renda e contribuição social determina que os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social não possuem prazo de prescrição e são compensáveis, em qualquer ano, no limite de 30% do lucro tributável do exercício antes dos impostos, determinado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustado conforme a legislação fiscal.

#### b. Passivos fiscais diferidos reconhecidos

	Controladora			
	31/12/2015	Adições	Baixas	30/09/2016
Passivo				
Receitas não tributadas	(2.726)	(114)	-	(2.840)
Custo atribuído	(36.908)	-	-	(36.908)
Depreciação vida útil	<u>(24.550)</u>	<u>(556)</u>		<u>(25.106)</u>

	(64.184)	(670)	-	(64.854)
Alíquota nominal - %	34%	34%	34%	34%
Total	(21.822)	(228)		(22.050)

	Consolidado				
	31/12/2015	Adições	Baixas	30/09/2016	
Passivo					
Receitas não tributadas	(2.726)	(114)	-	(2.840)	
Custo atribuído	(36.908)	-	-	(36.908)	
Depreciação vida útil	(26.255)	<u>(556)</u>		<u>(26.811)</u>	
	(65.889)	(670)	-	(66.559)	
Alíquota nominal - %	34%	34%	<u>34%</u>	34%	
Total	(22.402)	(228)	<del>_</del>	(22.630)	

### 17. IMPOSTOS E OBRIGAÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado		
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	
PIS/COFINS – Parcelamento Lei 12.996 (i)	38.424	25.151	38.424	25.151	
PIS/COFINS – Parcelamento PGFN	7.666	7.229	7.666	7.229	
PIS/COFINS	448	1.059	2.458	3.070	
INSS	1.875	2.172	1.875	2.172	
ICMS	103	359	386	803	
Outros	(80)	969	300	1.326	
	48.436	36.939	51.109	<u>39.751</u>	
Circulante Não circulante	47.168 1.268	35.343 1.596	49.829 1.280	37.956 1.795	

(i) A Lei nº 11.941/2009, instituiu a possibilidade de parcelamento de débitos federais vencidos até 30/11/2008. Contudo a Lei nº 12.996/2014, que decorre da conversão em Lei da MP 638/2014 e, alterada pela MP 651/2014 estabeleceu a reabertura, até o dia 25 de agosto de 2014, para a adesão ao parcelamento com a inclusão de débitos vencidos até 31 de dezembro de 2013.

A Companhia, tendo como premissa básica o fato de que os débitos confessados a título de PIS e Cofins em DCTF, não foram objeto de qualquer alteração, nem para diminuir, nem para aumentar os débitos, e tendo a possibilidade para a realização de retificações da DCTF, promoveu a "desvinculação" dos DARFs originalmente vinculados aos débitos declarados. Com isso, a Companhia entendeu que tornou-se devedora de débitos já declarados anteriormente a título de PIS entre as competências de outubro de 2009 a novembro de 2013 e a título de COFINS entre as competências de setembro de 2009 a novembro de 2013. Ao

montante dos débitos foram acrescidos juros "Selic" e multas de mora, que perfizeram na data da desvinculação um total de débitos de R\$ 56.108.

O saldo de débitos já existentes decorrentes de parcelamentos ordinários anteriores no montante de R\$ 6.510, somado ao valor dos débitos de PIS e Cofins decorrentes das "desvinculações" acima mencionados, totalizaram R\$ 62.618 a serem parcelados nos termos da Lei nº 12.996/2014. Aplicou-se as reduções de multa e juros previstas pela Lei nº 11.941/2009 para o caso de parcelamento em 180 parcelas e o abatimento de multas e juros com créditos próprios de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL existentes em períodos anteriores.

Após as devidas reduções e abatimentos previstos em lei, a Companhia utilizou créditos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL na amortização do saldo parcelado, conforme estabelece a MP 651/2014, em seu art. 33, a possibilidade de utilização de créditos próprios de prejuízos fiscais e de bases de cálculo negativas de CSLL entre empresa controladora e controlada. Após tal amortização, o saldo parcelado de débitos fiscais passou a ser R\$ 11.830, os quais serão pagos em 180 parcelas acrescidas de juros Selic como previsto pela legislação.

A Administração com o suporte dos seus assessores legais, entende que possui argumentos válidos para ser considerada apta a adesão ao programa de parcelamento de débitos fiscais, porém reconhece que como forma de preservar as informações financeiras e contábeis da Companhia e consequentemente seus acionistas, não deve reconhecer os seus efeitos contábeis até que haja a homologação definitiva pela autoridade fiscal sobre a maneira como a Administração entende que poderia aderir ao Refis. Dessa forma, até que ocorra a consolidação dos débitos do REFIS, pela Receita Federal do Brasil, o montante dos pagamentos desvinculados de PIS/Cofins, de outubro de 2009 até novembro de 2013, e utilizados para compensações de PIS/Cofins a partir de outubro de 2014, estão sendo apresentados como PIS/Cofins a recolher no grupo de obrigações fiscais a recolher e são corrigidos por multa e juros.

## 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a. Capital social

O capital social no montante de R\$ 100.024 é dividido em 2.878.404 ações ordinárias e 3.326.971 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 6.205.375 ações. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas têm prioridade no recebimento de dividendos.

A Companhia aprovou em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, no dia 28 de abril de 2016 o grupamento das ações ordinárias e preferenciais, nominativas e sem valor nominal representativas do capital social da Companhia, à razão de 10 (dez) ações para 1 (uma), de forma que cada lote de 10 (dez) ações seja grupado em 1 (uma) única ação, sem modificação do capital social, conforme previsto no art. 12 da Lei nº 6.404/76. As frações de ações detidas por acionistas da Companhia resultantes deste procedimento de grupamento serão complementadas por frações de ações a serem doadas direta ou indiretamente por Kasavii Participações S.A., acionista de Karsten S.A., de forma que cada acionista da Companhia receba a fração necessária para

garantir a propriedade do próximo número inteiro de ações após a aplicação do fator de grupamento.

O valor patrimonial por ação em 30 de setembro de 2016 é de R\$ (29,73) (R\$ (18,67) em 31 de dezembro 2015).

#### b. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal não apresenta saldo por ter sido integralmente utilizada para compensar prejuízos acumulados.

#### c. Ajuste de avaliação patrimonial

Em 2010, a Companhia e suas controladas, efetuaram a avaliação dos seus terrenos pelo custo atribuído. Os bens avaliados que receberam o custo atribuído foram aqueles adquiridos até 31 de dezembro de 2008. A diferença entre o valor contábil e o valor da avaliação foram registrados na rubrica contábil "ajuste a avaliação patrimonial" líquido do efeito dos impostos.

## 19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora			
	01/07/2016 a	01/01/2016 a	01/07/2015 a	01/01/2015 a
	30/09/2016	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2015
Receita bruta de vendas e serviços				
Mercado interno	84.772	240.979	60.388	195.208
Mercado externo	7.708	27.175	7.988	18.747
Prestação de serviços	-	-	-	2
Venda de subprodutos	58	172	-	-
(-) Ajuste a valor presente	(1.204)	(3.533)	-	-
(-) Devoluções e abatimentos	(2.925)	(10.151)	(2.294)	(6.166)
Receita operacional antes dos impostos	88.409	254.642	66.082	207.791
(-) Impostos sobre vendas	(14.380)	(37.020)	(8.627)	(28.558)
Receita operacional líquida	<u>74.029</u>	217.622	<u>57.455</u>	<u>179.233</u>

	Consolidado				
	01/07/2016 a	01/01/2016 a	01/07/2015 a	01/01/2015 a	
	30/09/2016	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2015	
Receita bruta de vendas e serviços					
Mercado interno	85.419	241.581	60.489	194.680	
Mercado externo	7.708	27.175	7.988	18.747	
Prestação de serviços	125	197	34	330	
Venda de subprodutos	58	172	-	-	
(-) Ajuste a valor presente	(1.204)	(3.533)	-	-	
(-) Devoluções e abatimentos	(4.222)	(12.813)	(3.206)	(7.166)	
Receita operacional antes dos impostos	87.884	252.779	65.305	206.591	
(-) Impostos sobre vendas	(14.331)	(36.736)	(8.532)	(28.438)	
Receita operacional líquida	73.553	216.043	56.773	178.153	

## 20. DESPESAS POR NATUREZA E FUNÇÃO

	Controladora			
	01/07/2016 a	01/01/2016 a	01/07/2015 a	01/01/2015 a
	30/09/2016	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2015
Depreciação e amortização (nota 11 e 12)	(1.665)	(4.890)	(1.621)	(4.807)
Despesas com pessoal	(26.244)	(76.411)	(24.855)	(67.347)
Matéria-prima e materiais de uso e				
consumo	(19.119)	(59.406)	(15.062)	(51.398)
Ajustes de inventário	-	(127)	223	672
Provisão para perdas nos estoques (nota 7)	437	1.890	(628)	(5.441)
Fretes e demais despesas variáveis	(3.294)	(10.269)	(2.694)	(10.205)
Comissões e indenizações a representantes	(3.593)	(11.100)	(2.863)	(8.815)
Despesas com vendas e marketing	(2.553)	(6.312)	(2.076)	(5.411)
Aluguéis e utilidades	(5.745)	(17.022)	(4.041)	(8.710)
Serviços profissionais	(4.916)	(13.039)	(2.443)	(7.125)
Outros gastos	(3.541)	(16.330)	(3.355)	(11.135)
	(70.233)	(213.016)	<u>(59.415)</u>	(179.722)
Classificadas como:				
Custos dos produtos vendidos	(44.637)	(132.606)	(37.934)	(115.447)
Despesas com vendas	(17.516)	(53.654)	(15.223)	(46.634)
Despesas gerais e administrativas	(8.080)	(26.756)	(6.258)	(17.641)
	(70.233)	(213.016)	(59.415)	(179.722)

	Consolidado			
	01/07/2016 a	01/01/2016 a	01/07/2015 a	01/01/2015 a
	30/09/2016	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2015
	/4 0 <b>.</b> 0.	/= -a-\		
Depreciação e amortização (nota 11 e 12)	(1.820)	(5.207)	(1.654)	(4.727)
Despesas com pessoal	(27.029)	(78.232)	(25.257)	(68.809)
Matéria-prima e materiais de uso e				
consumo	(21.533)	(64.530)	(15.604)	(52.020)
Ajustes de inventário	-	(127)	223	672
Provisão para perdas nos estoques (nota 7)	437	1.890	(628)	(627)
Fretes e demais despesas variáveis	(3.296)	(10.274)	(2.695)	(10.240)
Comissões e indenizações a representantes	(3.698)	(11.068)	(2.772)	(8.715)
Despesas com vendas e marketing	(2.896)	(7.134)	(2.137)	(5.511)
Aluguéis e utilidades	(6.163)	(18.048)	(4.163)	(9.062)
Serviços profissionais	(5.059)	(13.567)	(2.555)	(7.488)
Outros gastos	(791)	(9.882)	(2.325)	(9.223)
	<u>(71.848)</u>	(216.179)	(59.567)	(175.750)
Classificadas como:				
Custos dos produtos vendidos	(44.091)	(130.742)	(37.496)	(109.837)
Despesas com vendas	(19.449)	(58.061)	(15.509)	(47.280)
Despesas gerais e administrativas	(8.308)	(27.376)	(6.562)	(18.633)
	(71.848)	(216.179)	(59.567)	(175.750)

## 21. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora			
	01/07/2016 a	01/01/2016 a	01/07/2015 a	01/01/2015 a
	30/09/2016	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2015
Receitas financeiras				
Juros recebidos	404	1.377	567	1.692
Descontos recebidos	38	131	28	221
Variações cambiais ativas	391	2.446	1.202	2.666
Rendimentos de aplicações financeiras	120	393	188	483
Ajuste a valor presente	964	2.409	_	_
Outras receitas financeiras	20	20	<u>-</u> _	<u>-</u> _
	1.937	6.776	1.985	5.062
Despesas financeiras				
Juros e encargos	(5.655)	(15.805)	(1.514)	(4.082)
Descontos concedidos	13	(26)	-	-
Variações cambiais passivas	(798)	(3.058)	(1.752)	(3.719)
Despesas bancárias	(217)	(714)	(146)	(556)
Encargos financeiros com financiamentos	(688)	(1.984)	(1.014)	(4.644)
Encargos financeiros com debêntures	(19.207)	(51.725)	(12.459)	(33.262)
Ajuste a valor presente	(2.140)	(3.301)	-	-
Outras despesas financeiras	328	(1.827)	(276)	(1.105)
	(28.364)	<u>(78.440)</u>	<u>(17.161)</u>	<u>(47.368)</u>
Resultado financeiro líquido	(26.427)	<u>(71.664)</u>	(15.176)	(42.306)

	Consolidado			
	01/07/2016 a	01/01/2016 a	01/07/2015 a	01/01/2015 a
	30/09/2016	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2015
Receitas financeiras	2.50	1067	222	0.4.6
Juros recebidos	358	1.265	332	946
Descontos recebidos	73	194	60	257
Variações cambiais ativas	391	2.446	1.219	2.171
Rendimentos de aplicações financeiras	212	663	651	2.677
Ajuste a valor presente	964	2.409	-	-
Outras receitas financeiras	20	20		<u>-</u>
	2.018	<u>6.997</u>	<u>2.262</u>	6.597
Despesas financeiras				
Juros e encargos	(5.764)	(15.860)	(1.467)	(4.094)
Descontos concedidos	11	(28)	-	-
Variações cambiais passivas	(798)	(3.058)	(1.891)	(4.462)
Despesas bancárias	(287)	(1.046)	(217)	(704)
Encargos financeiros com financiamentos	(833)	(2.495)	(1.294)	(5.546)
Encargos financeiros com debêntures	(19.207)	(51.725)	(12.459)	(33.262)
Ajuste a valor presente	(2.140)	(3.301)	-	-
Outras despesas financeiras	361	(1.897)	(332)	(1.528)
•	(28.657)	(79.410)	(17.660)	(49.596)
Resultado financeiro líquido	(26.639)	(72.413)	(15.398)	(42.999)

## 22. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora					
	01/07/2016 a	01/01/2016 a	01/07/2015 a	01/01/2015 a		
	30/09/2016	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2015		
Outras receitas						
Receita na venda de ativo imobilizado e						
intangível e biológico	55	125	50	2.418		
Ganho na venda de ativos destinados para						
venda	-	-	-	2.120		
Vendas de subprodutos	358	866	198	515		
Receita de energia de reserva	63	264	-	-		
PIS e Cofins sobre depreciação	34	87	-	-		
Aluguéis recebidos	58	169	57	172		
Outras receitas		<u> </u>	12	12		
	568	1.528	<u> 189</u>	5.237		
Outras despesas						
Custo referente baixa de ativo imobilizado						
e intangível	(1)	(728)	(3)	(2.293)		
Perda do valor não recuperável intangível	-	29	-	-		
Perdas e impostos sobre vendas diversas	(383)	(650)	(105)	(260)		
Provisão para perda com desvalorização de						
ativos	-	708	3	16		
Reversão de verbas de publicidade	141	1.022	(511)	(1.564)		
Outras despesas	(184)	(188)	(2)	(28)		
	(427)	<u>193</u>	(618)	(4.129)		
Outros resultados líquidos	141	<u>1.721</u>	(301)	<u> 1.108</u>		

	Consolidado					
	01/07/2016 a	01/01/2016 a	01/07/2015 a	01/01/2015 a		
	30/09/2016	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2015		
Outras receitas						
Receita na venda de ativo imobilizado e						
intangível e biológico	85	140	53	2.438		
Ganho na venda de ativos destinados para						
venda	-	-	-	2.120		
Vendas de subprodutos	358	866	753	1.260		
Receita de energia de reserva	63	264	-	-		
PIS e Cofins sobre depreciação	34	87	-	-		
Aluguéis recebidos	58	169	57	172		
Outras receitas	76	148	113	113		
	674	1.674	976	6.103		
Outras despesas				<u></u> -		
Custo referente baixa de ativo imobilizado						
e intangível	(53)	(880)	(331)	(5.707)		
Perda do valor não recuperável intangível	4	4	-	3.068		
Perdas e impostos sobre vendas diversas	(383)	(651)	(231)	(160)		
Provisão para perda com desvalorização de	( )	( )	( - )	( /		
ativos	_	854	328	384		
Reversão de verbas de publicidade	141	1.022	(511)	(1.564)		
Outras despesas	(175)	(234)	81	747		
ourus despesas	$\frac{(466)}{(466)}$	115	(664)	$\frac{(3.232)}{(3.232)}$		
	(100)		(001)	(3.232)		
Outros resultados líquidos	208	<u>1.789</u>	<u>312</u>	2.871		

#### 23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gerenciamento do risco financeiro

Visão geral

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado
- Risco de crédito
- Risco liquidez
- Risco operacional

Essa nota apresenta (i) informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas à cada um dos riscos supramencionados; (ii) os objetivos da Companhia e suas controladas; (iii) as políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e; (iv) o gerenciamento de capital da Companhia e suas controladas. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas informações financeiras trimestrais.

#### Estrutura de gerenciamento de risco

A Companhia e suas controladas possuem e seguem políticas de gerenciamento de risco que orientam em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade e exposição das contrapartes.

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou manter o nível de flexibilidade financeira.

A diretoria executiva examina e revisa informações financeiras incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de riscos.

#### a. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e as taxas de juros, ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

#### (i) Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam os valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

A Administração estabeleceu uma política que admite uma exposição cambial de até US\$ 4,0 milhões de dólares para mais ou para menos, considerando-se a diferença entre ativos e passivos denominados em moeda estrangeira. De acordo com a política da Companhia e suas controladas são vedadas a utilização de qualquer instrumento financeiro indexado a moedas estrangeiras para outros fins que não os de proteção cambial.

A Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (dólar americano) nos montantes descritos a seguir.

#### Exposição cambial líquida

	Controladora e Consolidado						
	30/09/20	16	31/12/2015				
	Moeda		Moeda				
	estrangeira		estrangeira				
	(US\$/EUR mil)	Reais	(US\$/EUR mil)	Reais			
<u>Ativo</u>							
Caixa	8	26	6	22			
Contas a receber (US\$)	1.473	4.781	1.537	6.011			
	1.481	4.807	1.543	6.033			
<u>Passivo</u>							
Fornecedores	(620)	(2.011)	-	-			
Empréstimos	(1.579)	(5.124)	(1.207)	(4.712)			
Comissões a pagar	(41)	(134)	(52)	(202)			
	(2.240)	<u>(7.269)</u>	(1.259)	<u>(4.914)</u>			
Exposição líquida	<u>(759)</u>	(2.462)	<u>284</u>	<u>1.119</u>			

#### (ii) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

#### (iii) Análise de sensibilidade

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e TJLP. Em 30 de setembro de 2016 a Administração considerou como cenário provável para análise de sensibilidade a taxa de CDI de 13,25 % a.a. e TJLP de 7,5 % a.a.. Um total empréstimos de R\$ 38.328 é corrigido por taxa fixa e por isso não está sujeito à análise de sensibilidade.

Além disso, a Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 30 de setembro de 2016 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa média projetada pelo mercado de R\$ 3,25 para Dólar.

Karsten S.A.

Os cenários abaixo foram estimados para o período de um ano:

	Consolidado							
	30/09/2016	Risco	Provável		25%		5	50%
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Taxa de Juros								
Operação								
Aplicações financeiras	7.315	Alta do CDI	13,75	(28)	17,66	258	21,2	517
Empréstimos	(283.003)	Alta do CDI	13,75	1.075	17,66	(9.997)	21,2	(19.994)
Total	(275.688)			1.047		(9.739)		(19.477)
Operação Empréstimos	(67)	Alta da TJLP	<u>7,5</u>		<u>9,38</u>	(1)	<u>11,25</u>	(2)
Taxa de câmbio								
Exposição líquida	(3.467)	Alta do US\$	3,25	(4)	4,06	(867)	4,87	(1.734)
Exposição líquida	(1.657)	Alta do EUR	3,65	(2)	4,56	(414)	5,47	(829)

#### b. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do Grupo de clientes.

A Política de Crédito do mercado interno segue os preceitos da Política de Crédito e Cobrança da Companhia e suas controladas. Toda a carteira de clientes ativos é gerenciada diariamente por informações internas e por um critério de classificação e de pontuação do comportamento do cliente no mercado. Conforme o grau de risco, a classificação e pontuação do cliente aumentam ou diminuem; nesta última situação o cliente é reanalisado para liberação ou bloqueio. Este procedimento é realizado para clientes com pedidos carteira e no processo produtivo. Neste caso se a classificação altera para risco muito alto, o sistema informatizado sinaliza e toda mercadoria alocada ao cliente é direcionada para outro cliente.

#### (i) Contas a receber de clientes e outros créditos

Todos os clientes possuem um limite de crédito definido conforme os critérios de alçada de limite da política de crédito. Qualquer mudança que altere o cenário de risco do cliente pode gerar uma nova reavaliação, adequando o crédito à nova situação.

Concedido o crédito, os clientes com pedidos possuem acompanhamento e atualização das informações internas e do mercado, avaliando periodicamente os níveis de riscos e se os pontos positivos avaliados anteriormente permanecem. A avaliação de riscos de crédito é feita de forma clara e objetiva observando os riscos internos e externos.

Portanto, os riscos que a Companhia e suas controladas avaliam são com evidências e fatos que tenham a previsibilidade de ocorrência e que possam ser mensurados com maior proximidade do realismo e segurança.

#### (ii) Equivalentes de caixa

A Companhia monitora ativamente as suas posições e a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

#### (iii) Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras trimestrais foi:

	Contro	oladora	Consolidado		
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	
Caixa e equivalentes de caixa	854	339	3.545	3.835	
Aplicações financeiras	3.493	5.978	5.904	5.978	
Contas a receber de clientes	83.480	82.556	70.814	77.786	
Outras contas a receber	8.668	5.632	9.823	5.622	
	<u>96.495</u>	<u>94.505</u>	90.086	93.221	

#### (iv) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos

A Companhia e suas controladas estabelecem uma provisão para redução ao valor recuperável com base em um componente de perda estabelecido pelo provisionamento de títulos vencidos acima de um determinado período.

#### c. Risco de liquidez

É o risco da Companhia e suas controladas não possuírem recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e suas controladas e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia e suas controladas, cumprimento de cláusulas e das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora					
	Menos de	Entre um e dois anos	Entre dois e	Acima de		
E. 20 de este urb es de 2016	um ano	dois anos	cinco anos	cinco anos		
Em 30 de setembro de 2016 Empréstimos	339.272	3.363	4.832			
Fornecedores	49.818	687	213	-		
Outras contas a pagar	9.482	88	213	_		
Outras contas a pagar						
	<u>398.572</u>	4.138	5.045	_		
Em 31 de dezembro de 2015	<u> </u>					
Empréstimos	245.903	4.697	7.795	_		
Fornecedores	44.760	-	_	-		
Outras contas a pagar	8.575	316				
				·		
	<u>299.238</u>	5.013	7.795			
		Cons	olidado			
	Menos de			Acima de		
	Menos de	Entre um e	Entre dois e	Acima de		
Em 30 de setembro de 2016	Menos de um ano			Acima de cinco anos		
Em 30 de setembro de 2016 Empréstimos	um ano	Entre um e	Entre dois e cinco anos			
Em 30 de setembro de 2016 Empréstimos Fornecedores	um ano 342.238	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos 4.832			
Empréstimos Fornecedores	um ano 342.238 25.424	Entre um e dois anos  3.363 687	Entre dois e cinco anos			
Empréstimos	um ano 342.238	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos 4.832			
Empréstimos Fornecedores	um ano 342.238 25.424	Entre um e dois anos  3.363 687	Entre dois e cinco anos 4.832			
Empréstimos Fornecedores	342.238 25.424 9.955	Entre um e dois anos  3.363 687 88	Entre dois e cinco anos  4.832 213			
Empréstimos Fornecedores Outras contas a pagar	342.238 25.424 9.955	Entre um e dois anos  3.363 687 88	Entre dois e cinco anos  4.832 213			
Empréstimos Fornecedores Outras contas a pagar Em 31 de dezembro de 2015	um ano  342.238 25.424 9.955  377.617	Entre um e dois anos  3.363 687 88 4.138	Entre dois e cinco anos  4.832 213			
Empréstimos Fornecedores Outras contas a pagar  Em 31 de dezembro de 2015 Empréstimos Fornecedores	342.238 25.424 9.955 377.617 249.253	Entre um e dois anos  3.363 687 88 4.138	Entre dois e cinco anos  4.832 213			
Empréstimos Fornecedores Outras contas a pagar  Em 31 de dezembro de 2015 Empréstimos	um ano  342.238 25.424 9.955  377.617  249.253 18.163	Entre um e dois anos  3.363 687 88 4.138 6.892	Entre dois e cinco anos  4.832 213			

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores podem não ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores e outras obrigações.

#### d. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas.

O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros, danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custo.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar os riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia e suas controladas para a administração de riscos operacionais.

#### e. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrarem seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir o custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e suas controladas podem rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	Contro	ladora	Consolidado		
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	
Total dos empréstimos (nota 14) (-) caixa e equivalentes de caixa (nota 4) (-) aplicações financeiras (nota 5)	323.789 (854) (3.493)	254.829 (339) (5.978)	326.519 (3.545) (5.904)	259.626 (3.835) (5.978)	
Dívida líquida	<u>319.442</u>	<u>248.512</u>	<u>317.070</u>	249.813	

Para diminuir o grau de endividamento bancário a Companhia adotou diversas ações onde destaca as principais:

- Redução de custos e despesas através do orçamento matricial;
- Reestruturações no modelo de negócio para alavancar receitas: Abertura de lojas com ênfase no varejo;
- Redução gradual das linhas com menores margens, objetivando melhorar as margens de lucratividade.

#### f. Classificação dos instrumentos financeiros

Em 30 de setembro de 2016, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e bancos está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.
- Aplicações financeiras são classificadas como empréstimos e recebíveis.

- Contas a receber são classificados como empréstimos e recebíveis, apresentadas pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento destes instrumentos.
- Partes relacionadas são classificados como empréstimos e recebíveis, apresentadas pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento destes instrumentos.
- Empréstimos são classificados como outros passivos financeiros, e são contabilizados inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis.

#### <u>Instrumentos financeiros por categoria – Consolidado</u>

	30/09/2016	31/12/2015
Ativo, conforme balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa – empréstimos e recebíveis	3.545	3.835
Aplicações financeiras – empréstimos e recebíveis	5.904	5.978
Clientes – empréstimos e recebíveis	70.814	<u>77.786</u>
	80.263	<u>87.599</u>
	20/00/2016	21/12/2017
	30/09/2016	31/12/2015
Passivo, conforme o balanço patrimonial	30/09/2016	31/12/2015
Passivo, conforme o balanço patrimonial Fornecedores – outros passivos	30/09/2016 26.170	31/12/2015
3 1		
Fornecedores – outros passivos	26.170	18.163
Fornecedores – outros passivos Outras contas a pagar – outros passivos	26.170 30.367	18.163 29.557

#### Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de setembro de 2016 a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros derivativos em aberto.

## 24. PLANO DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES

Em 05 de dezembro de 2014 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou um único Plano de Opção de Compra de Ações aos administradores da Companhia.

A outorga de Opções dentro do Plano Geral confere direitos sobre um número de ações de emissão da Companhia, observado o limite de 4.806.935 ações ordinárias e 5.556.976 ações preferenciais, mantida sempre a proporcionalidade atual entre as ações ordinárias e as ações preferenciais. Cada Opção de Compra outorgada permitirá ao Beneficiário o direito de subscrever uma ação da Companhia.

O preço a ser pago para a Companhia quando do exercício das Opções outorgadas será determinado de acordo com o resultado da aferição do parâmetro de desempenho a seguir descrito, a ser calculado na data do exercício da Opção: soma da ROL de 2014 até o último dia do respectivo período de aquisição do direito, dividido pelo lucro bruto apurado no mesmo intervalo de tempo. O resultado em reais apurado sofrerá um deságio de 20% e será representativo do preço a ser pago por cada lote de 10.000 ações.

As regras do Plano de Opção propõem que as Opções de Compra poderão ser exercidas total ou parcialmente no prazo e período fixado em cada Programa, contados da data de outorga do Plano. Foi fixado o seguinte prazo de carência para o exercício de Opções de Compra:

Períodos para aquisição do direito ao exercício das opções	Prazos de Carência para o exercício das opções	Percentual de opções liberado para exercício	Quantidade de dias úteis *
	Até a Assembleia Geral que	31,25% das Opções	
Primeiro Período – exercício	aprovar as contas relativas ao	outorgadas a cada um dos	
social de 2016	Exercício Social de 2016	beneficiários	543
	Até a Assembleia Geral que	31,25% das Opções	
Segundo Período – exercício	aprovar as contas relativas ao	outorgadas a cada um dos	
social de 2017	Exercício Social de 2017	beneficiários	792
	Até a Assembleia Geral que	37,50% das Opções	
Terceiro Período – exercício	aprovar as contas relativas ao	outorgadas a cada um dos	
social de 2019	Exercício Social de 2019	beneficiários	1.296

<sup>\*</sup> As Opções de Compra poderão ser exercidas em até 30 (trinta) dias contados da data da AGE em que se tornam exercíveis. Caso o Beneficiário não exerça as Opções de Compra dentro deste prazo, estas opções serão consideradas extintas, de pleno direito.

O Beneficiário deverá pagar o preço da Opção de Compra à vista, nos termos do Plano de Opção.

O valor justo médio ponderado foi determinado com base no método Black & Scholes European Style Options, considerando os seguintes fatores:

Código Tipo da ação açã		Quantidade de opções	Volatilidade da ação (% )	Taxa de juros livre de risco (%)	Preço da ação	Preço do exercício	Precificação da Opção	Diferença da Opção	Valor a apropriar em (R\$ mil)
CTKA 3 Ordiná	ria 543	1.502.168	430,18%	12,73%	1,50	0,0002	1,50	1,50	2.253
CTKA 3 Ordiná	ria 792	1.502.168	430,18%	12,55%	1,50	0,0002	1,50	1,50	2.253
CTKA 3 Ordiná	ria 1296	1.802.599	430,18%	12,19%	1,50	0,0002	1,50	1,50	2.704
CTKA 3 Prefer	encial 543	1.736.556	135,26%	12,73%	0,36	0,0002	0,36	0,15	625
CTKA 3 Prefer	encial 792	1.736.556	135,26%	12,55%	0,36	0,0002	0,36	0,21	625
CTKA 3 Prefer	encial 1296	2.083.864	135,26%	12,19%	0,36	0,0002	0,36	0,29	750
		10.363.911	•						9.210

A reserva registrada no patrimônio líquido, acumulada desde o seu lançamento (05 de dezembro de 2014) até o terceiro trimestre de 2016 é de R\$ 5.404.

## 25. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS CONSOLIDADOS

Até o segundo trimestre de 2016, a Administração da Companhia efetuava a análise do negócio, segmentando-o por linha de produto, Decoração, Bordar, Cama, Mesa e Banho. No último ano a Companhia teve como estratégia aumentar sua participação no varejo, através de abertura de lojas próprias.

Em virtude do processo de reestruturação, a Administração da Companhia redefiniu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de descisões estratégicas, revisados pelo Conselho de Administração.

A Administração da Companhia definiu que os mercados de atuação estão segmentados em Indústria e Varejo.

	Indústria	Varejo	Segmentos consolidados nas bases do relatório gerencial	01/07/2016 a 30/09/2016
Receita líquida de vendas	71.150	2.278	73.428	73.428
Custo do produto vendido	(42.335)	(1.756)	(44.091)	(44.091)
Lucro bruto	28.815	522	29.337	29.337
	Indústria	Varejo	Segmentos consolidados nas bases do relatório gerencial	01/01/2016 a 30/09/2016
Receita líquida de vendas	210.864	4.982	215.846	215.846
Custo do produto vendido	(127.036)	(3.706)	(130.742)	(130.742)
Lucro bruto	83.828	1.276	85.104	85.104
Contas a receber de clientes	69.180	1.634	70.814	70.814
Contas a pagar de fornecedores	25.566	604	26.170	26.170
Imobilizado	115.517	2.729	118.246	118.246
	Indústria	Varejo	Segmentos consolidados nas bases do relatório gerencial	01/07/2015 a 30/09/2015
Receita líquida de vendas	56.127	612	56.739	56.739
Custo do produto vendido	(36.958)	(538)	(37.496)	(37.496)
Lucro bruto	19.169	74	19.243	19.243

		Segmentos consolidados nas	01/01/2015
		bases do relatório	a
Indústria	Varejo	gerencial	30/09/2015
177.121	702	177.823	177.823
(109.266)	(571)	(109.837)	(109.837)
67.855	131	67.986	67.986
77.479	307	77.786	77.786
18.091	72	18.163	18.163
104.818	415	105.233	105.233
	177.121 (109.266) 67.855 77.479 18.091	177.121 702 (109.266) (571) 67.855 131 77.479 307 18.091 72	Indústria         Varejo         consolidados nas bases do relatório gerencial           177.121         702         177.823           (109.266)         (571)         (109.837)           67.855         131         67.986           77.479         307         77.786           18.091         72         18.163

Além das receitas líquidas de vendas acima apresentadas, a Companhia e suas controladas obtiveram receitas de serviços R\$ 197 em 30 de setembro de 2016 (R\$ 330 em 30 de setembro de 2015).

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela diretoria-executiva.

A Companhia e suas controladas não possuem nenhum cliente que represente mais de 10% das receitas totais.

A Companhia efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a ótica de produto industrializado e vendas no varejo, independentemente de sua localização geográfica.

#### 26. INCENTIVOS FISCAIS

A controlada Karsten Nordeste Ind. Têxtil Ltda. goza de incentivos fiscais de ICMS auferidos na comercialização de produtos. Esses incentivos, consistem na redução de 69,75% do imposto de circulação de mercadorias e serviços (ICMS) tendo como base o valor do imposto a pagar. A controlada não utilizou o incentivo nesse período.

A controlada Karsten Com. e Serv. de Distribuição Ltda. goza de incentivos fiscais de ICMS auferidos na comercialização de produtos. Esses incentivos consistem na redução de 60% do imposto de circulação de mercadorias e serviços (ICMS) tendo como base o valor do imposto a pagar. Nos anos de 2015 e 2016 a controlada não apurou incentivos.

A Companhia goza de incentivos fiscais de ICMS auferidos nas compras e comercialização de produtos. Esses incentivos consistem em diferimento do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) nas aquisições de produtos dentro do Estado e redução do valor a pagar sobre a apuração fiscal. Em 2016 a Companhia apurou o valor de R\$ 15.093 (R\$ 11.604 em 2015) registrados contabilmente como redutora de impostos sobre vendas – ICMS.

As subvenções e assistências governamentais são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado do exercício e submetida à Assembleia dos acionistas para aprovação de sua destinação.

## 27. RESULTADO POR AÇÃO

#### Básico e diluído

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro/prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia e suas controladas, pela quantidade média ponderada das ações emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

#### Cálculo do lucro/prejuízo básico por ação

		Controladora e	
	Consolidado		
	30/09/2016	30/09/2015	
		_	
Prejuízo do período atribuível aos detentores de ações:	(70.988)	(38.361)	
Ações ordinárias e preferenciais	6.205	6.205	
Resultado líquido por ação básico - R\$	(11,44)	(6,18)	
Cálculo do lucro/prejuízo diluído por ação			
	Control	Controladora e	
	Consolidado		
	30/09/2016	30/09/2015	
	(70.000)	(20, 261)	
Prejuízo do período atribuível aos detentores de ações:	(70.988)	(38.361)	
	` /	C 205	
Ações ordinárias e preferenciais	6.205	6.205	
Número de ações potenciais (opções de ações)	6.205 1.036	1.036	
	6.205		

#### 28. COMPROMISSOS

#### a. Compromissos com arrendamento mercantil operacional

A Companhia e suas controladas possuem contratos de aluguel de lojas, onde atuam como arrendatária. A Companhia avaliou esses contratos e os classificou como arrendamento operacional, já que não há a transferência substancial dos riscos e benefícios do ativo alugado junto ao arrendador. Os pagamentos são contabilizados no resultado do exercício, de forma linear, durante os períodos de vigência desses contratos.

#### b. Outros compromissos

A Companhia e suas controladas possuem contratos de longo prazo firmados com fornecedores, os quais prevêem penalidades para a Companhia e suas controladas em caso de descontinuidade antecipada desses contratos conforme abaixo:

Contratos de Algodão: Caso a Companhia não cumpra os contratos de algodão e este contrato estiver registrado em bolsa, este contrato vai para arbitragem (na Bolsa onde

o contrato foi registrado) e se a parte faltante não cumprir o determinado pelo laudo arbitral ela se torna inadimplente perante o mercado de algodão. De posse do laudo arbitral, a parte ganhadora pode entrar na justiça comum contra a parte faltante.

#### 29. COBERTURA DE SEGUROS

Em 30 de setembro de 2016, a cobertura de seguros contra riscos operacionais nos totais de R\$ 735.767 e R\$ 679.635, respectivamente para o Grupo e para a Companhia, era composta de R\$ 558.434 e R\$ 502.302 para danos materiais, R\$ 177.332 para lucros cessantes, e R\$ 32.000 para responsabilidade civil.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das informações financeiras trimestrais, consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

#### 30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em relação a ação de execução número 1046522-06.2016.8.26.0100 da 1ª Emissão Pública de Debêntures, que tramita no Tribunal de Justiça de São Paulo, conforme mencionado na nota 1 desta informações financeiras trimestrais, a Companhia teve conhecimento em 01 de novembro de 2016 de que foi lavrado o auto de penhora do imóvel de Araquari. Em 07 de novembro de 2016 foi formalizado o auto de penhora no rosto da ação de cumprimento de sentença da Eletrobrás.

Nos autos da carta precatória que tramita em Blumenau/SC da execução supra citada, houve um despacho na data de 08 de novembro de 2016, determinando expedição de mandado para avaliação dos bens indicados a penhora pela Companhia.